

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008891-85.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **Hemerson Alfredo França São Carlos Me**
Requerido: **Telefônica Brasil S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora se volta contra valores que lhe foram cobrados pelas rés a título de serviço denominado Solucion TI em linha telefônica de que é titular (nº (16) 3375-7991) e da disponibilização de outras duas linhas sem que tivesse levado a cabo qualquer dessas contratações.

A segunda ré foi regularmente citada (fl. 78) e não ofertou contestação (fl. 141), razão pela qual decreto sua revelia.

No mais, questiona a autora (a possibilidade dela atuar nesta sede está assentada nos documentos de fls. 25/29, rejeitando-se as ponderações da primeira ré quanto ao tema) cobranças que as rés lhe dirigiram sem que houvesse justificativa para tanto.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Tais cobranças atinariam ao serviço Solucionar TI e a duas linhas telefônicas, com a ressalva de que a autora nada teria ajustado a esse respeito.

A primeira ré amealhou prova que contraria em parte o relato exordial.

Nesse sentido, a mídia que depositou reproduz contato telefônico em que fica patenteada a alteração do plano de telefonia da autora, a modificação de suas condições de acesso à *internet* e **também a contratação do serviço Solucionar TI.**

A última é ratificada em mais de uma oportunidade e em todas o representante da autora deixa claro que está ciente e – mais – de acordo com essa transação.

Já a autora, instada a pronunciar-se sobre a gravação, esclareceu que em verdade houve outros atendimentos em que foi orientada a necessariamente concordar com o produto mediante promessa de que seria posteriormente cancelado.

Ora, tal posição é inaceitável, seja porque não há um só indício que lhe conferisse verossimilhança, seja porque ela está em descompasso com a explanação contida na petição inicial, quando foi expressamente negada qualquer convenção que atinasse ao serviço Solucionar TI.

Bem por isso, rejeita-se a pretensão deduzida relativamente à declaração de inexistência de qualquer negócio jurídico celebrado entre as partes em face do serviço Solucionar TI na linha nº (16) 3375-7991 e aos seus desdobramentos.

Solução diversa apresenta-se ao pleito para restituição do que a autora pagou pelas linhas nº (16) 3366-2234 e (16) 3375-2003.

Muito embora a primeira ré tenha declinado a fls. 84/85 que o representante legal dela as adquiriu regularmente, não produziu provas nessa direção.

A mídia que depositou em momento algum encerra contato específico que dê conta de ajuste dessa natureza, ao passo que os documentos de fls. 130/140, confeccionados unilateralmente, não bastam para dar a certeza de que as linhas foram contratadas pela autora.

Por esse motivo, à míngua de lastro que alicerçasse os pagamentos no particular implementados pela autora, vinga o seu pedido para a correspondente devolução, com a ressalva de que ela não se fará em dobro porque o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que “*a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor*” (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Na espécie vertente, não vislumbro cogitar de má-fé da ré, de sorte que não terá aplicação a aludida regra.

A autora, portanto, fará jus ao recebimento de R\$ 117,60 (fl. 198).

Quanto ao pedido para ressarcimento dos danos morais, não assiste razão à autora.

Como o assunto concerne a pessoa jurídica, sabe-se que a indenização pertinente passa pela comprovação do abalo de sua imagem e há de ser precisa, como já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça:

“Já no que toca a indenização por danos morais, não se desconhece que a pessoa jurídica pode ser passível de sofrer abalo moral, tanto assim é que é o que dispõe a Súmula 227 do Superior Tribunal de Justiça: 'A pessoa jurídica pode sofrer dano moral'. Todavia, tratando-se de pessoa jurídica, o dano de natureza objetiva deve ser concreto, nada se presumindo a respeito” (TJ-SP, 3ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 0001925-07.2010.8.26.0220, rel. Des. **BERETTA DA SILVEIRA**, j. 31.07.2012).

No mesmo sentido: Apelação nº 0123816-35.2008.8.26.0100.

Assentada essa, não detecto nos autos dados consistentes que atestassem eventual prejuízo à imagem da autora perante terceiros a partir dos fatos postos a exame, nada servindo de amparo seguro a esse propósito.

O pedido não merece acolhimento, pois.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar as rés a pagarem à autora a quantia de R\$ 117,60, acrescida de correção monetária, a partir do desembolso de cada importância que a compôs, e juros de mora, contados da citação.

Torno sem efeito a decisão de fls. 72/73, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 04 de abril de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA